

# Organização da informação

Textos didáticos

Glória I. Sattamini Ferreira  
Martha E. K. Kling Bonotto  
Organizadoras



SÉRIE GRADUAÇÃO

© dos autores

1ª edição: 2020

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Jeferson Mello Rocha  
Revisão editorial: Marleni Nascimento Matte  
Editoração eletrônica: Clarissa Felkl Prevedello



---

O68 Organização da informação: textos didáticos [recurso eletrônico] / organizadoras Glória I. Sattamini Ferreira [e] Martha E. K. Kling Bonotto . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.  
88 p.: pdf

(Série Graduação)

1. Biblioteconomia. 2. Ciência da Informação. 3. Organização da informação. 4. Recuperação da informação. 5. Classificação Decimal de Dewey. 6. Classificação Decimal Universal. 7. Indexação. 8. RDA (Resource Description and Access). 9. Normalização. 10. Modelos conceituais. I. Ferreira, Glória I. Sattamini. II. Bonotto, Martha E. K. Kling. III. Série.

CDU 025.4

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-028-0

# Pré e pós-coordenação: algumas reflexões

Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Regina Helena van der Laan

A total compreensão dos fenômenos de uma área de conhecimento passa, inevitavelmente, pela compreensão dos conceitos que constituem o sistema conceitual de um domínio. No âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, precisamos da descrição dos termos para compreendê-los, pois temos entre nossos objetivos pragmáticos e aplicados as tarefas de representar e recuperar a informação contida nos documentos que descrevemos e organizamos.

Entendemos que a falta de clareza em relação a alguns conceitos na literatura de nossa área dificulta o entendimento e a aplicação adequados de importantes aspectos teóricos da organização do conhecimento. É o caso dos termos pré e pós-coordenação. Para compreensão e aplicação correta de ambos na prática da indexação, é preciso primeiro entender o que é um termo e quais suas possíveis formas de apresentação e formação, visto que a interpretação equivocada de um termo e sua forma de apresentação geram como consequência uma grande confusão em relação ao uso e aplicação da indexação pré e pós-coordenada na prática profissional de bibliotecários.

Em vista disto, a Terminologia, como área que visa descrever os termos científicos e técnicos de áreas especializadas, ajuda-nos a compreender e descrever nossos próprios termos/conceitos, uma vez que, se não os entendemos corretamente, à luz de nossas próprias teorias, tampouco podemos aplicá-los. E se não podemos aplicá-los, perdemos nossa razão de ser/existir. Considerando que a Ciência da Informação é, em sua essência, aplicada. Temos o objetivo concreto de organizar informações para viabilizar sua futura recuperação e consequente disseminação e acesso.

Por isso, apresentamos neste texto algumas reflexões que julgamos necessárias, sobretudo para bibliotecários e alunos de biblioteconomia, para o esclarecimento de questões contraditórias presentes na literatura de nossa área sobre pré e pós-coordenação.

## Unidade de indexação ou descritor

A indexação de assunto ou temática pode ser definida como o processo de elaboração de índices ou pontos de acesso que possibilitem a recuperação das informações contidas nos itens indexados. Esses pontos de acesso são constituídos por signos linguísticos, que podem ser um substantivo ou estruturas mais complexas formando expressões, ou sintagmas terminológicos.

Conforme Cabré (1993, p. 177), sintagmas terminológicos são termos complexos formados por uma combinação de palavras de acordo com uma determinada estrutura sintática, sendo que essas combinações são mais frequentes em Terminologia do que no léxico comum.

Para Sager (1993), as construções sintagmáticas equivalem a um só conceito, funcionam como uma unidade de sentido. “Respondem às combinações sintéticas da língua, uma vez que se originaram a partir da lexicalização do que inicialmente era uma combinação ocasional de elementos léxicos” (Sager, 1993, p. 327, tradução nossa).

Dubuc (1999) afirma que um sintagma é um conjunto de palavras vinculadas por uma relação sintática identificável. Para compreendermos a impossibilidade de dissociar um sintagma, exemplificamos com o termo “linguagem documentária”. Esse sintagma está constituído por um substantivo e um adjetivo. Podemos dissociá-lo em unidades lexicais significativas, ou seja, em “linguagem” e “documentária”, mas, conforme já evidenciamos, perderíamos o sentido inicial do sintagma. Ao constituirmos a estratégia de busca, iríamos colocar “linguagem” e “documento” ou “documentação”; dificilmente empregariamos a expressão “documentária”, por ser um adjetivo. Os resultados dessa busca dificilmente responderiam as nossas necessidades informacionais.

Podemos dizer que as unidades de indexação ou os descritores constituem um índice alfabético de representação de informação, extraído de uma “linguagem de indexação”, um tesouro ou “lista de cabeçalhos de assunto”, ou, conforme alguns autores, “linguagem livre”. Bufrem, Breda e Sorribas (2007), em pesquisa para a identificação das áreas temáticas mais representativas da revista *Educação Temática Digital*, consideram como descritores os termos encontrados em um *corpus* de pesquisa.

O emprego da expressão “unidade de indexação” justifica-se, uma vez que encontramos na literatura da área de indexação o emprego do termo descritor significando um termo de indexação que nem sempre foi extraído de um tesouro, podendo até ser constituído por palavras do léxico geral. Assim, podemos definir descritor como aquele que descreve algo. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* define descritor como aquele que expõe ou conta algo com minúcias ou aquele que descreve; narrador, expositor (Houaiss, 2001).

No âmbito da Ciência da Informação, pode-se dizer que os descritores são unidades capazes de identificar, para fins de indexação, determinado conceito ou o conteúdo de um item ou obra. Por convenção, um descritor é a unidade linguística registrada em um tesouro, que representa um conceito expresso em um determinado discurso. Assim, um descritor deveria indicar apenas os termos de indexação listados em um tesouro. Como já foi mencionado, é bastante comum encontrarmos na literatura da área o emprego do termo “descritor” significando um termo de indexação que nem sempre foi extraído de um tesouro.

Para IBICT (1984), descritor é uma palavra ou expressão que representa um conceito e, por isso, ele é o termo preferido para a indexação das informações. Dessa forma podemos afirmar que “[...] os termos são restritos a determinados significados. [...] cada termo no tesouro fica restrito a um único significado, a saber, àquele que mais se ajuste às necessidades do sistema de indexação” (IBICT, 1984, p. 7).

Conforme Affonso (1987a; 1987b), os descritores têm a dupla função de representar os conceitos indexados e possibilitar a sua recuperação. Destacamos aqui o conceito de “não-descritor”, também chamado de termo não autorizado, uma vez que ele não poderá ser utilizado no processo de indexação para representar um determinado conceito, mas poderá ser empregado como expressão de busca pelo usuário.

Também Van Slype (1991) afirma que os descritores representam de maneira unívoca conceitos utilizados para indexação ou consulta de documentos, e são constituídos, geralmente, por palavras isoladas (principalmente substantivos), termos compostos ou frases. E os chamados não-descritores são os sinônimos ou quase-sinônimos dos descritores.

Salientamos a importância das redes de remissivas, que possibilitam ao usuário elaborar suas questões de busca empregando termos de seu acervo linguístico. Isso significa afirmar que nem sempre o usuário irá empregar o descritor, e sim um sinônimo ou variação terminológica ou, como consta nos tesouros, um não-descritor.

Entendemos que o controle dos termos é fundamental para:

[...] evitar que um mesmo conceito seja representado no tesouro por diferentes termos; evitar que conceitos diferentes sejam expressos pelo mesmo termo; evitar que se adotem formas de apresentação diferentes para um mesmo termo (Affonso, 1987a, p. 7).

Van der Laan (2002) afirma que o problema de um descritor, como unidade de representação e/ou recuperação da informação, ocorre pelo fato de ele ser tratado como uma unidade lexical pertencente ao léxico comum, porém passível de restrições normativas e com o objetivo de controlar a linguagem a ser utilizada para a representação e recuperação das informações contidas em um SRI. Em função desse caráter normativo dos descritores para o controle da linguagem, a autora evidencia certa aproximação deles com a Teoria Geral da Terminologia (TGT), para a qual o termo restringe-se à parte significante da unidade lexical.

Para Cabré (1999), termo e descritor apresentam similaridades: no âmbito da documentação, os descritores sintetizam o conteúdo de um documento e podem vir a fazer parte de uma classificação (nos tesouros, por exemplo), hierarquia ou cabeçalho de assuntos. Os termos, por sua vez, são, para os terminólogos, unidades específicas empregadas por especialistas de uma área temática, que descrevem o âmbito de seu conhecimento (conceitos). Assim, segundo Cabré (1999), para os documentalistas, os termos são unidades de onde, potencialmente, surgem descritores do conteúdo de um documento especializado, assim como surgem elementos de controle em uma classificação (Cabré, 1999).

Por outro lado, Van der Laan (2002) propõe uma aproximação entre as relações de termo e descritor ao considerar os últimos como signos representativos de nódulos conceituais. Para, a autora é preciso lançar:

[...] um novo olhar para o descritor ampliando sua concepção, não o tratando apenas como uma expressão de representação/recuperação de informações, mas em uma dimensão maior, pois, da mesma forma que uma unidade lexical terminológica, ele é constituído por três dimensões: a cognitiva; a linguística e a comunicativa (Van Der Laan, 2002, p. 69).

Com essa aproximação entre termo e descritor, Van der Laan (2002) explica que, ao compreendermos que os descritores apresentam uma dimensão linguística, destacamos, também, a importância dos não-descritores, que passam a ter função em um SRI, visto que eles também possuem uma função representativa para os diferentes usuários, através de remissivas. Dessa forma, as unidades de indexação, utilizadas pelos bibliotecários, poderiam adquirir maior representatividade e, com isso, as informações poderiam ser representadas/recuperadas de forma mais próxima ao vocabulário utilizado pelos usuários.

Nesse sentido, Laipelt (2015), acrescenta que, tendo em vista a existência de variantes terminológicas, um conceito pode ser representado por mais de um termo; no entanto, como os tesouros são ferramentas de controle terminológico, apenas uma das variantes de um conceito poderá ser utilizada no momento da indexação dos documentos. Ao fazermos essa escolha entre dois ou mais termos que representam o mesmo conceito, estamos atribuindo a apenas um desses termos o valor de descritor. Laipelt (2015) destaca que sinônimos e quase-sinônimos constituem a relação de equivalência dos tesouros, por isso considera mais adequado chamá-los de termos equivalentes ao invés

de não-descritores. Visto que, embora alguns termos não tenham o valor de descritor, para fins de recuperação da informação, eles são tão importantes quanto o descritor. Por isso, ao chamá-los de não-descritores estamos diminuindo sua importância na estrutura dos tesauros. Essa valorização do termo equivalente está de acordo com os pressupostos teóricos e pragmáticos da Teoria Comunicativa da Terminologia atualmente aceitos pela área de organização do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação.

## Indexação pré-coordenada e indexação pós-coordenada no ponto de vista de autores clássicos

Iniciamos, agora, uma discussão mais específica, segundo o ponto de vista de alguns autores que em sua trajetória influenciaram na formação de bibliotecários. Partindo desse pressuposto, iniciaremos analisando algumas ideias propostas por Cavalcanti (1978). Apesar de ser uma obra muito datada, a interpretação dessa autora em relação aos conceitos de pré e pós-coordenação ainda encontram eco entre os bibliotecários.

Para Cavalcanti (1978, p. 15), indexação pré-coordenada é o processo no qual os termos de indexação são combinados entre si no momento da indexação. A autora afirma que na indexação pré-coordenada o vocabulário controlado inclui todas as entradas compostas. Em oposição, na indexação pós-coordenada, os termos de indexação são coordenados no momento da pesquisa. Como podemos perceber, essa explicação está em consonância com o que foi afirmado anteriormente. A problemática que emerge do discurso da autora refere-se ao exemplo proposto: nele, a unidade de indexação – “instituição educacional” – constitui um índice pré-coordenado, e em um índice pós-coordenado teríamos dois índices, um por “instituição” e outro por “educacional”.

Em uma perspectiva terminológica, um termo pode ser um substantivo ou um sintagma terminológico, definido por Barros (2004, p. 102) como “[...] combinatória de elementos que constituem uma unidade linguística maior [...]”. O sintagma terminológico representa uma única unidade de sentido; fatorá-lo implica perda de significado, por isso ele deve sempre ser registrado na forma como se encontra no discurso especializado. No exemplo proposto, temos um conceito expresso por um sintagma, que também poderia ser representado por “instituição de ensino” ou “instituição educativa”. As diferenças nessas expressões denominativas não alteram o significado. No entanto, ao fatorá-las, há perda de especificidade, obrigando o usuário a proceder a um longo processo de filtragem para localizar as obras que respondam às suas necessidades informacionais.

O exemplo analisado encontra respaldo nas metodologias de elaboração de tesauros, no que é denominado de fatoração de termos. Essa fatoração descaracterizou o termo e, conseqüentemente, seu caráter de unidade de representação de informações em uma área específica de conhecimento. O desmembramento de um termo em duas ou mais unidades lexicais constitutivas gera uma evidente perda de sentido. A ideia de fatoração de termos se manteve muito em função das limitações dos primeiros sistemas informatizados, os quais restringiam a quantidade de caracteres a serem utilizados.

A indexação por termos constituídos por uma única palavra tem sua origem no sistema Uni-termo. Esse sistema foi criado por Mortimer Taube em 1951 e, de acordo com Lancaster (1972; 1979), permitia utilizar para a indexação somente termos constituídos por palavras simples. Logo, não era possível utilizar termos compostos e complexos, porque ocorria a quebra dos sintagmas

terminológicos. Desse modo, o termo “instituição de ensino”, por exemplo, que representa um único conceito, no sistema Unitermo era decomposto em duas palavras e gerava duas entradas distintas no sistema, ou seja, “instituição” e “ensino”, respectivamente.

Felizmente, devido ao rápido desenvolvimento de recursos tecnológicos e com a evolução dos estudos sobre a organização da informação e do conhecimento, os prejuízos ocasionados pela perda de sentido dos termos, por conta da quebra dos sintagmas terminológicos, ficaram evidentes. Por conseguinte, a recomendação de utilização *exclusiva* de termos simples logo se tornou obsoleta, embora sua utilização ainda seja uma possibilidade de acordo com a norma de elaboração de tesouros ISO 25964-1 de 2011.

Na atualidade, isso não tem justificativa, uma vez que os computadores possibilitam campos com maior capacidade de caracteres. Apesar dessa evolução tecnológica, observa-se que o conceito de fatoração ainda influencia muitos indexadores. Essa influência se justifica, pois muitas vezes um conceito é formado pela junção de dois conceitos distintos, como no exemplo de Cavalcanti, no qual temos o conceito “instituição” mais o conceito “educação”, que formaram um outro conceito, “instituição educacional”. Esse terceiro conceito é semanticamente distinto dos dois que o originaram, sendo mais específico.

As explicações de Cavalcanti sinalizam para duas concepções distintas, ou seja, temos um processo de indexação pré-coordenada e pós-coordenada e a constituição de unidades de indexação pré-coordenada ou pós-coordenada. Isso sinaliza uma nova problemática, uma vez que todos os autores afirmam que se indexam os conceitos expressos pelos diferentes autores em suas obras e que esses conceitos são representados por uma expressão linguística. Da forma como Cavalcanti concebeu a noção de pré-coordenação e pós-coordenação, não nos é permitido ter um entendimento de que foi o conceito de “instituição de ensino” que foi indexado, e sim as palavras “instituição” e “ensino”, e, portanto, não haveria uma unidade de significação.

Também em Aitchison e Gilchrist (1979), encontramos as mesmas ponderações de Cavalcanti sobre a adoção de um sistema de indexação pré-coordenado e um sistema pós-coordenado. Os autores enfatizam as vantagens e desvantagens de um e outro, salientando, principalmente, o tipo de sistema, se manual ou automático. Discutem o nível de pré-coordenação ou pós-coordenação dos termos de indexação, e não do índice final. Dessa forma, ignoram que um termo é um sintagma terminológico. Principalmente quando Aitchison e Gilchrist (1979, p. 43) afirmam que:

Um termo de indexação poderá ser incluído no tesouro em sua forma composta – ‘multitermo’.

Por exemplo:

Vesícula biliar

Densidade populacional

Abastecimento de água

Controle da natalidade

Os exemplos propostos por Cavalcanti (1978) e por Aitchison e Gilchrist (1979) constituem sintagmas terminológicos e, portanto, conforme já mencionamos, representam uma unidade de sentido. Por ser uma unidade de sentido, não é possível fatorar o sintagma em unidades lexicais sem perda de significado.

Já na obra sob a responsabilidade do IBICT (1984, p. 3), temos que: “As técnicas descritas nestas diretrizes baseiam-se em princípios gerais, aplicáveis a qualquer área de assunto. [...]. Tanto quanto possível, evitou-se abordar técnicas ligadas a um método particular de indexação pré ou pós-coordenada.” Nessa obra, no capítulo sobre fatoração, foi destacada a problemática na área de

indexação temática para lidar de forma consistente com estruturas verbais compostas, e, ainda, foi salientado que: “Como regra geral, pode-se afirmar que um termo de indexação deve representar um único conceito” (IBICT, 1984, p. 17). Percebe-se, assim, a possibilidade de um novo posicionamento teórico, indicando que um termo é a representação de uma unidade de conhecimento, não podendo ser fatorado em suas unidades lexicais. Chama a atenção o fato de que, apesar de percebida essa problemática, ela é referida como uma dificuldade, e não como uma impossibilidade.

Nossa posição encontra respaldo em Gomes (1990, p. 52), que estabelece essa distinção de forma clara e inequívoca, conforme podemos conferir na afirmação:

Antes disso, no entanto, é preciso ressaltar, mais uma vez, que o termo é a palavra ou expressão verbal selecionada para designar o conceito. É incorreto, portanto, dizer que, neste último caso, se teria um ‘termo composto’ ou termo ‘pré-coordenado’.

## Pré e pós-coordenação: estrutura e reflexões

A discussão sobre o conceito de indexação pré-coordenada e pós-coordenada também tem sua importância aumentada por se verificar que esses dois conceitos ora estão sendo mencionados em relação à constituição das unidades de indexação, ou seja, um descritor ou um cabeçalho de assunto, contidos em uma linguagem documentária, ora estão relacionados à formação dos índices de um sistema de recuperação da informação.

A pré-coordenação ocorre quando as unidades de indexação são combinadas ou coordenadas no momento do processo de indexação pelo indexador, constituindo um único índice, ou ponto de acesso, no qual todos os conceitos relevantes de um item estão reunidos. Por exemplo: para uma obra que trate de crise financeira envolvendo o sistema bancário no contexto da política econômica internacional, temos as seguintes unidades de indexação, de acordo com a cadeia de assunto:

Política econômica internacional

Crise financeira

Sistema bancário

Nos sistemas manuais, tornava-se extremamente difícil combinar todos esses aspectos no momento da busca. Era necessário constituir índices que permitissem aos usuários encontrar essa obra de uma forma simplificada, que abordasse todos os seus aspectos específicos. Assim, fazia-se a combinação das unidades de indexação constituindo um único índice. Como no exemplo a seguir:

Política econômica internacional – Crise financeira – Sistema bancário



Esse tipo de índice traz em seu bojo uma problemática. Caso o usuário buscasse por “Sistema bancário”, por exemplo, não seria possível localizar, devido à ordem alfabética. Isso determinou que fossem feitas novas entradas, e, como Lancaster (1993) explica, dever-se-ia fazer a reversão das unidades de indexação, possibilitando acesso a todas as unidades. Teríamos, então, no mínimo, índices a seguir.

Política econômica internacional – Crise financeira – Sistema bancário

Crise financeira – Política econômica internacional – Sistema bancário

Sistema bancário – Política econômica internacional – Crise financeira

Isso não é o suficiente se levarmos em consideração a ordenação alfabética, pois outras combinações poderiam ser feitas pelo usuário no momento da busca. Lancaster (1993, p. 43) afirma: “Não existe maneira alguma pela qual um índice impresso possa proporcionar, de forma econômica, o nível de acesso a um documento que é proporcionado por um sistema de recuperação pós-coordenado”. Para possibilitar a recuperação da informação pelas diferentes formas de busca elaboradas pelo usuário, é necessário realizar a reversão das unidades de indexação matematicamente representadas por  $2^n - 1$  (Lancaster, 1993, p. 43).

No exemplo proposto, temos três unidades de indexação, ou seja,  $2^3 - 1$ , que, de acordo com a fórmula de Lancaster (1993, p. 43), seria igual a sete índices. Ao fazermos a combinação do índice de nosso exemplo, obtivemos apenas seis índices, conforme o relacionado abaixo:

Política econômica internacional – Crise financeira – Sistema bancário

Política econômica internacional – Sistema bancário – Crise financeira

Crise financeira – Política econômica internacional – Sistema bancário

Crise financeira – Sistema bancário – Política econômica internacional

Sistema bancário – Política econômica internacional – Crise financeira

Sistema bancário – Crise financeira – Política econômica internacional

Para obtermos os sete índices de acordo com a fórmula de Lancaster, teríamos que fazer um índice mais geral. No caso do exemplo proposto, teríamos uma entrada para o assunto geral da obra (“Política econômica internacional”) sem ocorrer a pré-coordenação. No nosso entendimento, essa entrada não contempla o princípio de pré-coordenação. Essa diferença, no entanto, não invalida o fato de que um índice pré-coordenado é economicamente inviável, em se tratando de um sistema manual de recuperação da informação, devido ao grande número de fichas a serem desdobradas. No exemplo, tivemos apenas seis índices, mas no caso de a obra ser mais complexa e abranger mais assuntos, o número de fichas a serem desdobradas vai se tornando inviável. No caso de uma obra que tratasse de nove assuntos, teríamos um total de 511 (quinhentos e onze) índices. Lancaster (2004, p. 51) destaca ainda que:

[...] aos índices impressos preside a permutação e não a combinação. [...] O número de permutações é  $n$  fatorial, sendo  $n$  o número de termos. [...] o número de permutações de oito termos é 40320 ( $8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1$ ).

Obviamente, esse total de desdobramentos não ocorria devido à inviabilidade. O que se verificava era a rotação de alguns termos de indexação, considerados pelo indexador mais significativo.

Com a informatização das bibliotecas e os recursos de estratégias de busca, foi possibilitada a elaboração de índices denominados pós-coordenados. Na pós-coordenação, indexam-se cada unidade de indexação em separado. No ato da busca de informação, essas unidades são combinadas constituindo a expressão de busca específica de acordo com os interesses informacionais do usuário. Essa combinação permite que a recuperação da informação seja mais precisa. Usando o exemplo anterior, o indexador irá alimentar o sistema com três índices:

Política econômica internacional

Crise financeira

Sistema bancário

O usuário irá construir sua estratégia de busca empregando os conectivos que o sistema possibilitar. Por exemplo, o conectivo poderá ser “e”; assim temos como expressão de busca “Política econômica internacional e Crise financeira e Sistema bancário”. A intersecção desses índices dará como resultado as obras que tratam de “crise financeira envolvendo o sistema bancário no contexto da política econômica internacional”, conforme podemos verificar no gráfico.



Fujita e Rubi (2015) explicam que as linguagens documentárias são formadas de vocabulário e sintaxe:

O vocabulário se refere à relação dos descritores usados para a identificação do conteúdo de um documento e a sintaxe se refere às regras utilizadas para a combinação dos descritores usados para a identificação do conteúdo de um documento (Fujita; Rubi, 2015, p. 347).

Dessa forma, em um vocabulário pré-coordenado à sintaxe ocorre em uma única entrada. Nesse caso há a combinação de dois ou mais termos em uma única entrada estruturada, na qual os termos são ligados entre si por conectores – dois-pontos (:) ou traço (-). Já em um vocabulário

pós-coordenado a sintaxe se dá de forma separada, e cada termo será apresentado individualmente em forma de lista, com uma entrada para cada descritor. Portanto, a diferença entre a indexação pré e pós-coordenada está na forma de apresentação da sintaxe utilizada para a representação dos índices (vocabulário) do conteúdo dos documentos.

A falta de clareza na compreensão desses dois conceitos tem gerado problemas em relação à constituição de unidades de indexação. Isso ocorre uma vez que essas unidades têm significados muito amplos ou porque transitam em mais de uma área do conhecimento e precisam dos denominados qualificadores. Um bom exemplo seria o termo “indexação” que é empregado na área de Biblioteconomia e na área de Economia. Para que fique claro o significado do termo, faz-se necessário acrescentar, entre parênteses, em que contexto discursivo ele está sendo mencionado. Assim, em uma linguagem documentária, teríamos como unidade indexadora: indexação (Biblioteconomia) e indexação (Economia).

A necessidade desses qualificadores tem sua origem com o surgimento e desenvolvimento da internet, que possibilitou a integração de vários catálogos de diferentes bibliotecas. Com essa integração se faz necessário indicar o contexto específico possibilitando ao usuário selecionar o tema que responda a sua necessidade informacional. Observa-se que muitas vezes ocorre que essa contextualização não é realizada com o emprego de um qualificador, pois o indexador entende que isso geraria uma pré-coordenação. Essa interpretação equivocada leva o indexador a separar essa unidade de indexação em duas unidades, o que irá exigir do usuário mais tempo para recuperar a informação que necessita, pois deverá refazer sua estratégia de busca ou ainda analisar uma longa lista de referências que não são de seu interesse. Lembramos aqui a quarta lei de Ranganathan: poupe o tempo do leitor.

Não é concebível que com o enorme avanço dos sistemas informatizados ainda não ocorra o grau de precisão desejável nos resultados de busca dos diferentes usuários. A qualidade de um sistema de recuperação da informação é determinada pelos seguintes fatores: a) o entendimento do que seja um índice pós-coordenado; b) esse índice pode ser constituído de um sintagma; c) esse sintagma é indissociável, ou seja, não é possível separar suas unidades linguísticas; d) o estabelecimento de uma política de indexação é indispensável.

Diante do exposto, temos assim dois contextos diferentes para referir pré e pós-coordenação. O contexto das linguagens documentárias e o contexto dos índices de um sistema de recuperação da informação. Isto permite afirmar que os conceitos de pré-coordenação e pós-coordenação se referem à constituição dos índices, estando vinculados ao processo de indexação, e não às unidades de indexação, ou seja, aos descritores ou aos cabeçalhos de assunto.

Entendemos que a pré-coordenação não pode estar vinculada às unidades de indexação. Cada conceito deve ser representado individualmente por um descritor de modo que possibilite a pós-coordenação. Lembrando que, para que a pós-coordenação se efetive, no momento das buscas pelos usuários, precisamos coordenar em um registro bibliográfico os diferentes descritores que representam o conteúdo de uma obra. Essa coordenação se dá/se efetiva, a partir da utilização de um campo 650 para cada descritor individualmente (considerando aqui descritor como termo). Ou seja, para que ocorra a pós-coordenação conforme se diz na literatura, no momento da busca pelos usuários, é necessário que ocorra previamente uma coordenação de descritores pelo bibliotecário no registro bibliográfico.

No contexto atual em que o volume de informação cresce exponencialmente, é vital a utilização de critérios claros e rigorosos para a manutenção e atualização de catálogos de autoridades. Por isso, consideramos que o estabelecimento de uma política de indexação se confirma como o primeiro passo para a viabilização de um catálogo consistente. Consistência essa que também passa necessariamente pela escolha do tipo de indexação que será implementada, se pré-coordenada ou pós-coordenada.

No entanto, as controvérsias que identificamos na literatura de nossa área, demonstradas neste texto, sobretudo no que se refere à equivocada necessidade de fatorar sintagmas terminológicos para efetivar uma indexação pós-coordenada, apontam para a importância de resgatarmos esses conceitos e esclarecê-los, a partir da compreensão de que um sintagma terminológico é uma unidade única de sentido e, portanto, não pode ser quebrada.

Esperamos que nossas reflexões contribuam para o aperfeiçoamento dos processos de indexação e que sirvam também como subsídio para a escolha da indexação pós-coordenada, visto que no contexto atual, com o predomínio dos sistemas informatizados de recuperação da informação, não se justifica mais o uso da indexação pré-coordenada.

## Referências

AFFONSO, Lais da Boa Morte Ferreira. *Metodologia para construção do Tesouro de Informática em Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: SERPRO, 1987a.

AFFONSO, Lais da Boa Morte Ferreira. *Técnica de construção e manutenção de tesouros*. Brasília: Idioma, 1987b.

AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan. *Manual para construção de tesouros*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1979.

BARROS, Lidia Almeida. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: EDUSC, 2004. 285 p.

BUFREM, Leilah Santiago; BRENDA, Sônia Maria; SORRIBAS, Tídra Viana. Educação temática digital: aproximação entre educação e ciência da informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis, n. 23, 1º sem. 2007.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: representación y comunicación*. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA; Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, Maria Teresa. *La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

CAVALCANTI, Cordelia R. *Indexação e tesouro metodologia e técnicas*. Brasília: ABDF, 1978.

DUBUC, Robert. *Manual de Terminologia*. 3. ed. corregida y actualizada. Santiago, Chile: Unión Latina, RIL Editores, 1999.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. Compatibilidade entre linguagens documentais para construção, atualização e adequação de vocabulários de bibliotecas universitárias. In: CONGRESO ISKO ESPAÑA, 12, Y CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 2, 2015, Murcia. *Actas ...* Murcia: Universidad de Murcia, 2015. v. 1, p. 345-356. Disponível em: <[http://www.iskoi-berico.org/wp-content/uploads/2015/11/68\\_Spotti.pdf](http://www.iskoi-berico.org/wp-content/uploads/2015/11/68_Spotti.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2016.

GOMES, Hagar Espanha. (Coord.). *Manual de elaboração de tesouros monolíngues*. Brasília, Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1990.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBICT. *Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngues*. Brasília, 1984.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARTIZATION. *ISO 25964-1: Information and documentation – Thesauriand interoperability with other vocabularies*. Genebra, 2011-2013.

LAAN, R. H. Van der. *Tesouro e terminologia: uma inter-relação lógica*. 2002. 182f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. *Metodologia para seleção de termos equivalentes e descritores de tesouros: um estudo no âmbito do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário*. 2015. 213f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Escola da Indústria Criativa: comunicação, design e linguagens, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2015.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1993.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANCASTER, F. W. *Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation*. 2nd ed. New York: J. Wiley, 1979.

SAGER, Juan C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la Terminología*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1993.